

## Episódio 4 – O Inferno na Terra

[cão a ladrar]

**T:** Só que, há ali um GNR que é reformado e ele já está reformado e soube inventar, viu o fumo, eu passei lá naquela altura mas não vi lá nada a arder, foi fazer queixa de mim, pronto. Ele então foi ao posto, o posto chamou a [Polícia] Judiciária, vieram falar comigo, levaram-me para o sítio do local onde aquilo estava a arder, cheguei a um ponto eles para mim: “Ah, foste tu ou não?”. E eu sempre a negar que não! Mas eu ia de costas e houve um da Judiciária que tirou-me uma fotografia de costas, a mim, com a camisola que eu trazia. “Olha que foste tu, foste. Olha aqui no telemóvel.” Foi gravado. Foram eles que fizeram a história toda.

**Manuel Bivar:** Nos muitos processos de incendiários que consultámos em tribunal, houve uma coisa que nos chamou a atenção: sequências de fotografias a recriar o crime, onde os acusados apareciam com um isqueiro ou fósforo na mão, num estilo que parecia o de uma fotonovela trágica. O mesmo tipo de imagens repetia-se em quase todos os processos, e era difícil acreditar que tanta gente se tivesse prestado a tal coisa.

**T:** Foi que eles me obrigaram, que até me bateram com uma vara na cabeça. Eles fazem só isso, assim. Para dizer como é que eu botei o fogo? Mas eu sempre a dizer, a baixar-me, como eles diziam para me baixar, e eu disse-lhes “não fui eu!”. Mas eles a tirarem lá fotografias.

**Manuel Bivar:** Por todo o país, ouvimos muitos relatos como o que acabámos de escutar. Este episódio é sobre a forma de o Estado lidar com os acusados de pôr fogo. Sobre a falta de respostas e os discursos que não batem certo com a prática. Sobre lentidões e abusos burocráticos que podem acabar com a vida de uma pessoa.

# País de Incendiários

Um podcast de investigação  
da revista Divergente

**T:** Lá fui, lá tiveram lá a dar-me aquilo que eu apanhei: cinco anos e meio de cadeia. Aquilo a gente quando fazem isso a uma pessoa um gajo até pensa em coisas... se calhar de se suicidar.

[jingle]

**Manuel Bivar:** Eu sou o Manuel Bivar.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Eu sou a Sofia da Palma Rodrigues.

**Manuel Bivar:** E este é “**País de Incendiários**”, um podcast de investigação da revista DIVERGENTE.

[continuação do jingle]

**Manuel Bivar:** Quarto episódio: “**O Inferno na Terra**”.

[fim do jingle]

[pancadas num portão]

**Manuel Bivar:** Era a segunda vez que batíamos ao portão de uma casa verde dos anos setenta pendurada numa escarpa do Douro. Desta vez, a irmã de Leonor, um nome inventado por nós, estava em casa e aceitou falar connosco.

**Irmã de Leonor:** [na altura] que aconteceu isso, foi desespero, não tinha a mãe, não tinha a mãe, e a rapariga começou a endoidecer. Ela de noite não parava em casa nem nada, ninguém a segurava! Ela ia para a porta do cemitério.

**Manuel Bivar:** Desde a adolescência que Leonor estava diagnosticada com problemas de saúde mental. Durante décadas, viveu com a mãe na serra, numa pequena casa de pedra. Mas quando a mãe morreu, desaustinou-se e não havia dia em que não fosse ao cemitério. A mulher com quem falámos era a única dos vários irmãos que não tinha emigrado. Fazia o que podia para apoiar Leonor, mas não era fácil tratar de uma pessoa completamente descompensada.

**Irmã de Leonor:** Só que ela... Uma pessoa não podia – eu vou confessar, eu tinha medo. Eu tinha medo, porque ela era tão maldosa, tão maldosa, mas

era a doença. A doença. Porque ela dizia muitas vezes: “Sabes qual é a vontade que me dá? É matar-te. Pegar-te o fogo à casa”. E eu tinha medo de a ter em minha casa, está a perceber? Por isso é que eu estava a tentar pedir ajuda, que foi isso que eu tentei – falei à psicóloga, falei com o doutor, falei essas coisas, e expus isso tudo, e expus isso tudo –, que era para ver se se conseguia arranjar um sítio para ela recuperar, para ela recuperar. Porque eu, se ela estivesse recuperada, eu tinha-a na minha casa.

**Manuel Bivar:** Apesar das tentativas da irmã, não se encontrou um sítio para Leonor ficar. Continuou a viver sozinha na casota de pedra. À solta pelos montes e a visitar, todos os dias, a campa da mãe.

**Irmã de Leonor:** Aqui parecia uma selvagem, aqui ela tinha toda a liberdade, tinha... mas sempre educada, sempre educada, pronto, mas as pessoas têm os problemas, o que é que a gente há-de fazer.

**Manuel Bivar:** Até que no dia seguinte ao incêndio de Pedrógão, e um ano depois da morte da mãe, o monte atrás da casa de Leonor começou a arder.

**Irmã de Leonor:** Para mim, isto para nós, para mim, ela como viu aquelas coisas na coisa, pronto, puxou-lhe aquilo na cabeça, porque ela dizia: “Eu não queria fazer mal, eu não queria fazer mal! Mas está esta a minha cabeça, a minha cabeça, é que me disse para eu fazer mal!”.

**Manuel Bivar:** O incêndio foi rapidamente apagado pelos bombeiros. Queimou meio hectare de mato, e alguns pinheiros, eucaliptos e castanheiros. Nessa mesma tarde, a irmã de Leonor tinha a GNR à porta.

**Irmã de Leonor:** Dizem eles assim para mim: “Sabe se aquela senhora lá em cima está lá em casa?”. “Mas passa-se alguma coisa?” Dois polícias. Nisto vem a rapariga para cima, chega aqui, eles só lhe disseram isto para ela: “Eu posso ir lá acima com a senhora?” Mas eu disse assim para eles: “Eu posso ir com ela”. Porque como é uma pessoa que tem problemas, a gente não sabe o que é que vem por trás, não é? “Não, a senhora esteja descansada que a gente precisa só de falar com ela.” Logo no outro dia, apresenta-se aqui outra vez os mesmos polícias. Um, com uma mala com um computador, é Polícia Judiciária – pensam lá que eu não sabia, mas eu não ando a dormir. Porque

nunca lidei com estas coisas, mas a gente tem aquele instinto de alguma coisa aqui se passa. E depois a filmarem isto, a filmarem aqui isto tudo. Agarrou, foram para cima e nisto quando encararam comigo esconderam o... deixaram de filmar. E então eu disse: “Mas o que é que se passa?”. E vai eles assim muito depressa: “Não se passa nada, a gente temos que ir lá acima”. E eu disse: “Não, eu tenho que ir”. “Não, a senhora não vai, a senhora não vai, deixe-se ficar.” Eu vou daqui, vejo então andar um assim. Filmaram a rapariga ao pé da casa, foram para cima para o monte, filmaram. Mas era filmado, foi filmado e fotografias que tiraram, isso vi eu, isso ninguém mo nega! Nisto, a rapariga vem para baixo, eu ia por aqui mas eu já os vi vir para baixo, ela vinha assim ali e eles à frente a filmarem. Eu vou daqui e eles pumba, toca a esconder. E só disse: “A sua irmã tem que ir lá acima connosco à esquadra” e não sei quê. “Mas que é que se passa, mas que é que se passa, vocês digam-me o que é que se passa?” E diz ele: “Não é consigo, não é consigo, é com a sua irmã. Não se preocupe”. “Mas a minha irmã”, porque eu disse, “a minha irmã tem que ter pessoas que estejam ao lado dela para a defender porque vocês não sabem, os senhores não sabem, os problemas que a rapariga tem. Não é assim, fazerem, estão ali a abafar as pessoas”. Nisto, aparecem aqui os tais polícias com uma advogada. Depois eles foram-se embora e ela ficou comigo, a advogada. E eu disse: “Oh senhora doutora, tem que me dizer o que é que se passa. Para fazerem uma acusação têm que ter provas”. E diz ela assim muito depressa: “Olhe, tenha calma, porque a sua irmã, pronto, confirmou tudo. Disse como é que foi e como não foi”. E eu assim: “Então a senhora doutora explique-me porque eu não estou a compreender nada, não estou a compreender, a minha irmã tem problemas e eu não estou a compreender”. Ela depois foi, daqui foi para o Porto, acho que foi em... qualquer coisa Santa Cruz.

**Manuel Bivar:** Santa Cruz do Bispo.

**Irmã de Leonor:** Santa Cruz do Bispo, Santa Cruz do Bispo. Foi aí onde ela esteve. Tem um cemitério, tem um cemitério. Tem, não tem um cemitério? Tem, é a cadeia. Eu sei muito bem [...]

**Manuel Bivar:** Leonor ficou vários meses em prisão preventiva na Clínica Penitenciária de Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos. Sobre este lugar, as opiniões não divergem muito. A Ordem dos Enfermeiros, por exemplo, disse que a clínica tem condições desumanas. E o Comité Anti-tortura do Conselho da Europa tem

vindo a pedir o encerramento deste estabelecimento prisional. Se Leonor já não estava bem quando entrou, quando de lá saiu, estava ainda pior.

**Irmã de Leonor:** Ela dizia que lá lhe faziam muitas coisas. A minha irmã queixou-se muito. Acredita quando ela saiu, a sério, eu nem queria acreditar que aquela era a minha irmã.

**Manuel Bivar:** A acreditar neste relato, Leonor, há décadas diagnosticada com problemas de saúde mental, foi interrogada e obrigada a reconstituir, sem a presença de um advogado, o crime de que a acusavam. A confissão que fez à polícia e a reportagem fotográfica em que repetia os gestos do incêndio foram as provas usadas pela acusação. Depois de presa preventivamente em Santa Cruz do Bispo, foi condenada a três anos e sete meses de pena suspensa, com obrigação de acompanhamento psiquiátrico.

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** No dia seguinte a esta entrevista, fomos a Oliveira de Frades. Tínhamos combinado falar com João Carlos Lages, o advogado de defesa de Fernando Marinho. O caso foi mediático. Em 2013, Luís Patrick e Fernando Marinho foram acusados de pegar fogo ao Caramulo e de fazer arder grande parte da serra.

**Repórter:** O Caramulo ardia como nunca. [...] Poucas semanas depois, confirmou-se a origem do incêndio: mão criminosa. [...]

**Manuel Bivar:** Quatro bombeiros morreram. O julgamento foi conturbado e teve até direito a júri. Fernando Marinho confessou e foi condenado a 12 anos de prisão; Luís Patrick, que nunca chegou a assumir o crime, a 18 anos.

**Repórter:** Ambos ficaram em prisão preventiva. [...]

**Manuel Bivar:** Mas o que não sabíamos quando fomos a Oliveira de Frades falar com João Carlos Lages é que o advogado já tinha defendido dezenas de incendiários. E podia falar não apenas deste caso, mas de uma experiência de anos a defender pessoas acusadas de pôr fogo.

**João Carlos Lages:** Tive uma história de uma pessoa, ele não era inimputável, era aquilo como se costuma dizer: os tolinhos da aldeia, pronto, e que tem uma debilidade cognitiva, portanto é uma pessoa que tem algumas fraquezas. E na aldeia é sempre o indivíduo que é o pau para toda a colher. Portanto, acontece alguma desgraça, é logo, aponta-se ao Julinho. Porque o Julinho está sempre nos sítios errados nas horas erradas. Pronto. E depois essas pessoas não se sabem defender, não é? E depois aderem a tudo o que se lhe diz. E tudo o que se lhe diz para eles é uma fabulação, é uma história e eles gostam de fazer parte integrante de qualquer história que se lhes conte. Já tive uma situação dessas em que depois tivemos que andar para trás, andar para trás significa que aquilo já ia avançado, já ia estruturado, já havia inclusive entrevistas com a Polícia Judiciária, até reconstituição do facto – porque a Polícia Judiciária também põe o isqueiro na mão e aponta para onde está o ponto de ignição e tiram fotografias. Isto que eu estou a dizer é um bocado arriscado, mas esta é a realidade, não sou só eu apenas que o digo, ou que tenho conhecimento destes factos. São muitos profissionais também que têm conhecimento disto.

**Manuel Bivar:** Mais uma vez, a reconstituição fotográfica. E, pelos vistos, a sensação de estranheza, quando consultámos os processos em tribunal, tinha uma razão de ser.

**Manuel Bivar:** Mas antes de ser constituído o advogado, a PJ pode pôr as pessoas a fazer a reconstituição? Ou tem que ser... eu acho que nós temos apanhado...

**João Carlos Lages:** Não pode, tem que ser feito...

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pronto, porque nós temos encontrado vários casos, inclusivamente pessoas com perturbações mentais visíveis, em que os arguidos dizem, ou as famílias dos arguidos dizem, que a PJ levou à reconstituição do crime, lhes tirou fotografias, e perguntou “então, mas foste tu ou não foste tu?”. Ou seja, levando as pessoas a serem fotografadas no local do crime e depois levando essas fotografias para tribunal, ainda antes de ter sido constituído um advogado.

**João Carlos Lages:** Sim, é, não podem fazer isso.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Não podem fazer isso?

**João Carlos Lages:** Não, não podem. Não podem fazer. Tive a situação...

**Sofia da Palma Rodrigues:** Mas encontrou essa situação em algum processo?

**João Carlos Lages:** Já, já, já... Não só também nestes crimes, mas em outro tipo de crimes onde há reconstituição do facto, onde interrogam não o arguido mas o suspeito – porque quando é constituído arguido, como sabem, têm que ser lidos os direitos, tem direito a ser assistido e acompanhado por advogado –, e depois há a prática de determinados actos cuja presença do advogado é obrigatória. Quando é suspeito, não. E aproveitam-se muito dessa situação para, entre aspas, instrumentalizar a prova, para fazer a prova parecer mais fácil. “Pronto, vamos já pôr este a confessar”. E isso tem consequências quando não é verdade, não é? E eu já assisti, já vi, e já tive um caso, dois casos, assim de repente que me lembre, onde eu encontrei fotografias do... na altura, do suspeito, a indicar as ignições sem que as tenha provocado. Sem que as tenha provocado.

[banda sonora]

**U:** Ele tem uma deficiência. Aqui pelo Toninho. Ele tem uma deficiência. Mas é meio tarado. Ele é meio atrasado.

**Manuel Bivar:** É? Ok...

**U:** Capaz de não ser quem vocês procuram...

**Manuel Bivar:** Talvez seja...

**U:** Não sei. Vocês pertencem-lhe, é?

**Sofia da Palma Rodrigues:** Não, não, queríamos falar com ele... a gente espera aqui um bocadinho e já vemos.

**U:** Olhe, mas ele é capaz de não vir. Ele quando vê as pessoas, foge.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pois... Ok.

**Manuel Bivar:** Toninho, como lhe chamavam as vizinhas, já tinha estado preso, acusado de crime de incêndio. Uns anos depois dessa prisão, durante três dias seguidos, vários pequenos fogos foram postos ao redor da aldeia. O suspeito foi de imediato Toninho, embora ninguém o tivesse visto atear o fogo.

**U:** Mas ele é deficiente. Não é certo, certo. Ele só gostava de ver os bombeiros e as sirenes, *diiii...* Ele só queria ver os bombeiros apagar o fogo. Ele estava ali em baixo, mas assim que a gente chamou *ó abre!* Agora quem abre a porta?



**Manuel Bivar e Sofia da Palma Rodrigues:** Deixe estar, deixe estar.

**W:** Ele gostava de ouvir a sirene, os bombeiros.

**V:** Ele só queria era ver os bombeiros. E a GNR. Depois quando os via, fugia. E depois apanhava-os e lá ia ele. Agora nunca mais, o rapazinho. Oh, já há uma data de anos. [...]

**Manuel Bivar:** De acordo com o processo de tribunal, no dia em ocorreram os fogos, uma multidão de gente exaltada e zangada juntou-se em volta da casa de Toninho. O presidente da junta e o padre juravam ser ele o culpado. E foi assim que este homem, diagnosticado com “deficiência mental moderada” e epilepsia, foi forçado a admitir a autoria dos incêndios, apesar da presença de elementos da GNR no local.

**U:** Trataram-no lá mal na cadeia, pelo que ouvi dizer, que eu não vi. Não é?

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pois.

**W:** Morreu a mãe cedo, morreu o pai cedo...

**V:** Pois, é isso, ficam assim.

**W:** Ficou assim um pássaro desaninhado.

**V:** Também ficou assim sozinho, coitadito do rapaz.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pronto, olhe obrigada [...]

[banda sonora]

**X:** Quer mandar beijinhos para alguém?

**Y:** Já estou farto de mandar beijinhos e ninguém me liga, ninguém me atende. Estou triste. Mandar beijinhos? Apetece-me chorar até.

**X:** Porquê?

**Y:** Ninguém me liga.

**Manuel Bivar:** Olha aquelas orquídeas todas ali em cima.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Quais? Aonde?

**Manuel Bivar:** Aquelas orquídeas com uma flor branca.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Ah, pois é.

**Manuel Bivar:** Numa outra aldeia, procurávamos uma vez mais uma pessoa acusada de pôr fogo. Como quase sempre, tínhamos uma morada um pouco vaga, e restava-nos correr as ruas, bater às portas e perguntar.



**Manuel Bivar:** Mas tem outros nomes aqui.

**Y:** Olha aqui os clientes, pá! Tens os convidados, então, fechas a porta?  
Convidas as pessoas e fechas a porta?

**Sofia da Palma Rodrigues:** Não, não convidou nada, boa tarde.

**Manuel Bivar:** Nós viemos de surpresa.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Por acaso aqui vive o senhor [...]

**Manuel Bivar:** Parecia haver um engano e quem nos atendeu foi um senhor sentado numa cadeira de rodas, que nos explicou que não era ali, que a pessoa que procurávamos morava no meio da serra, longe da aldeia. Mas ao fim do dia, quando voltámos dessa entrevista no meio dos montes, revimos as moradas e os processos.

[Som de chamada telefónica]

**Z:** Estou?

**Sofia da Palma Rodrigues:** Ah... Eu estava a ligar-lhe porque entretanto percebi que me tinha confundido [...]

**Manuel Bivar:** E chegámos à conclusão que era exatamente aquela pessoa na cadeira de rodas que procurávamos, mas que tínhamos trocado os nomes.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Não falava connosco, sobre isso?

**Z:** Hm, não porque os vizinhos já viram que andam aí jornalistas e o carago, e sabe... De uma pomba, matou logo uma vaca.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pois...

**Z:** Olhe, vale mais nem sequer me lembrar, do que passei nem vale a pena, nem vale a pena pensar de me lembrar.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pronto, é porque olhe [...]

**Manuel Bivar:** Mas apesar de não querer que voltássemos à aldeia, por medo dos vizinhos, acabou por ao telefone contar como, poucos dias depois de Pedrógão, foi acusado de provocar três incêndios que queimaram 420 metros quadrados.

**Z:** Foi outro que o fez e fui eu que paguei. [suspiro]

**Sofia da Palma Rodrigues:** Esteve preso?

**Z:** Estive, por causa de uma besta que anda para aí, que anda aqui à solta. Eu bem quis falar, mesmo com o advogado e tudo, mas não deixaram, nem a polícia nem o carago. A polícia, foi a própria polícia que me condenou logo, nem me deixou explicar.

**Manuel Bivar:** Também aqui não havia testemunhas. E foram a reconstituição fotográfica e a confissão perante a GNR, ainda antes de ter sido constituído arguido, as provas decisivas. Em tribunal negou tudo e disse ter sido ameaçado e enganado pela GNR. Alegou que, para o forçar a confessar, os guardas lhe disseram estar na posse de imagens de satélite, onde se via bem quem tinha ateado os fogos.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Injustiçadas...

**Z:** Vá, aquilo por mim, aquilo já passou, já passou. Eu tinha uma fazenda e tinha lá animais, e naquele sítio onde houve esse incêndio, por duas vezes que lá o botaram, era o meu caminho para eu passar, eu passava para um lado ou para o outro.

**Manuel Bivar:** O tribunal rejeitou a argumentação. E apesar dos três focos de incêndio terem queimado apenas 400 metros quadrados de mato, o juiz considerou haver “risco concreto de arder uma vasta mancha florestal”. E aplicou uma pena de 11 anos e 6 meses, reduzida depois para cinco anos e seis meses de prisão efectiva.

**Z:** Ao sair da mata vieram logo sobre mim e acusaram-me, sempre a acusar, sempre a acusar, e pronto. E fui lá para dentro, apanhei cinco anos e meio. Mal de quem lá está dentro inocente. E sofrer? O advogado também não valia um alho branco, ó. Nem sei se aquilo ainda é advogado, se o que é. Paguei o advogado! Toda a gente me dizia que era bom, que era bom, que era bom, era um advogado da empresa, e afinal forniquei-me.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Eu reparei que estava numa cadeira de rodas. Já tinha esse problema antes de entrar na prisão ou foi alguma coisa que piorou na prisão?

**Z:** Apanhei na prisão.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Apanhou na prisão, como?

**Z:** Foi com... pedi lá a um médico, eu andava à rasca da coluna e não me podia abaixar, e pedi lá a uma enfermeira de lá para me cortar as unhas.

Cortou-me uma unha do pé, do dedo grande, cortou-a mais rente, apanhou uma infecção, apanhou gangrena, fui obrigado a cortá-la. [suspiro] Pois é...

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** As primeiras vezes que ouvimos relatos da prisão, ficámos chocados. Depois, e é isso que é triste, habituámo-nos. Porque a cada lugar onde íamos, descrições como esta repetiam-se. E sentia-se um triste fatalismo nas respostas. Como se em relação à justiça e às decisões dos tribunais nada pudesse ser feito, a não ser aguentar.

**AA:** Olhe, ainda há dois anos houve aqui um grande incêndio...

**Manuel Bivar:** Nós vimos ali queimado aquilo.

**AA:** Pronto. Eu agora faço parte, agora até fizemos um *kit* de, para apagar os incêndios, fizemos um *kit*. Por exemplo, um trator, com dois depósitos de 1000 litros, cada um, um motor quadrado – igual ao dos bombeiros. Temos mangueiras [...]

**Manuel Bivar:** Estava tudo queimado em volta desta aldeia, quase ao lado da linha de comboio da Beira Alta, onde encontrámos um ex-bombeiro, que uns anos antes tinha sido acusado de tentativa de homicídio e de crime de incêndio florestal. Negava as duas acusações, e mesmo já não fazendo parte do corpo de bombeiros, juntamente com alguns vizinhos, montaram um sistema de combate a incêndios.

**AA:** Zanguei-me com o comandante, depois, porque saiu um bom, meteu outro que queria subir à pressa, e eu disse: não, não, vou desistir.

**Manuel Bivar:** E porque é que foi para bombeiro?

**AA:** Olha, porque gostava.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Gostava de quê? De ver o fogo ou de apagar o fogo?

**AA:** Não! Fogo! Não, eu gostava, só me custava, olha, custava-me era quando era assim casos de acidente, corpos em pedaços. Isso, eu tinha que meter uma máscara, senão vomitava. Há muitos que são bombeiros, deitam que é para irem, gostam de ver a arder. Mas é verdade.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Conhece alguém assim?

**AA:** Conheço e tive um colega. E depois acabou por ser preso e teve vários anos por causa disso. Ele deitava, e ligava para os colegas, só para ir apagar.

E depois quando foi o julgamento, disse que gostava de ver a arder. Foi pena não ver a pessoa a deitá-lo. Eu agarrava-o, amarrava-o a uma árvore, não o deixava queimar, mas deixava-o apanhar calor. Amarrava-o a uma árvore [...]

**Manuel Bivar:** Se na maior parte das entrevistas começávamos a falar de incêndios, a tentar perceber o contexto e aquilo que pode levar uma pessoa a pôr fogo, acabávamos quase sempre estas conversas a falar do julgamento e da prisão.

**AA:** [suspiro] Aquilo, lá agora, aquilo era pequenino. O sector onde estávamos, aquilo era para duas pessoas e chegávamos a estar quatro ou seis. E é as mínimas condições. Eu, por exemplo, vi um... a levar com um cabo de vassoura pelo traseiro. Arrebentaram-no todo por dentro.

[banda sonora]

**Sofia da Palma Rodrigues:** Camélia.

**Manuel Bivar:** Esta camélia...

**BB:** Isso era suposto estar cortada toda, que era o que faziam bem.

**Manuel Bivar:** Mas está bonita.

**BB:** Está, a fazer lixo.

**Manuel Bivar:** Não, não é lixo.

**BB:** Então não é?

**Manuel Bivar:** Está bonito.

**BB:** É uma flor que não se aguenta. Cai.

**Manuel Bivar:** Está bonita.

**Manuel Bivar:** Quando caminhávamos de volta para o carro, pela aldeia onde entrevistámos o ex-bombeiro, era difícil não lembrar a conversa que uma semana antes tínhamos tido nos Serviços Prisionais em Lisboa.

**Manuel Bivar:** Quer dizer, nós fizemos o pedido de entrevista, sobretudo para falar do Programa de Reabilitação de Incendiários.

**Manuel Bivar:** Pedimos a entrevista à Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais porque queríamos perceber como funcionava o Programa de Reabilitação de Incendiários, que seis anos depois de ter sido anunciado parecia ainda estar em fase experimental.

**Jorge Monteiro:** Este programa para incendiários é um programa que não é da nossa autoria, isto foi feita uma pesquisa bastante alargada sobre programas que existem não só na Europa, mas também noutros pontos do mundo, e toda a literatura apontava para este programa da Universidade de Kent. E foi então aí que decidimos adaptá-lo ao contexto nacional.

**Manuel Bivar:** Entre 2018 e 2024, o Programa de Reabilitação de Incendiários foi aplicado a apenas nove pessoas. Como nos explicou Jorge Monteiro, chefe de departamento da Direcção Geral, o programa não teve bons resultados em Portugal. Porque previa juntar, em sessões de grupo, pessoas acusadas de todo o tipo de crimes de incêndio – desde assaltantes de caixas multibanco com explosivos, a incendiários florestais.

**Manuel Bivar:** Eu penso que é em 2017 que surge aquela possibilidade de a pessoa condenada por crime de incêndio florestal ser condenada à medida de privação de liberdade, com pulseira electrónica, a ficar em casa durante o Verão, etc. Das notícias que tinha ouvido sobre isso, isso quase não foi aplicado.

**Jorge Monteiro:** Sim.

**Manuel Bivar:** Saberá dizer porquê? Porque é que isto...

**Jorge Monteiro:** Não sei, porque quem saberá dizer são os juízes. Agora, eu acho que isso vai muito ao encontro daquilo que eu comecei por dizer. Nós temos que ter intervenções responsivas. A responsividade é aquele critério que nós procuramos, isto é, fechar, privar a pessoa de liberdade durante três meses do ano e depois deixá-la, e depois libertá-la, o que é que se fez para mudar aquele comportamento? O que é que se fez para mudar aquela crença?

**Manuel Bivar:** Mas eu tenho a impressão que o porquê desta medida da pulseira electrónica durante o Verão não ser quase aplicada é porque há uma ideia de que há uma cura que será feita na prisão.

**Jorge Monteiro:** Eu não acredito que seja tanto essa a expectativa do sucesso do tratamento em meio prisional. Eu acho que é mais uma medida securitária. E de ainda se achar que a punição e a privação é que é o mais eficaz, que do ponto de vista prático é verdade. Quer dizer, se de facto a pessoa está presa, não vai cometer novo crime. São, tipicamente, pessoas que têm uma baixa resistência à frustração... Uma falta de controlo de impulsos [...]

**Manuel Bivar:** O número de incendiários presos tem vindo a subir. De acordo com o Ministério da Justiça havia em Agosto de 2024, 57 incendiários a cumprir pena efectiva e 12 em prisão preventiva. Os números mais altos desde 2013, o ano em que se começou a recolher dados dos condenados pelo crime de incêndio. Mas havia ainda uma última pergunta que queríamos fazer a Jorge Monteiro.

**Manuel Bivar:** Nós temos apanhado vários casos, inclusive de pessoas que depois são consideradas inimputáveis, mas que acabam por estar em prisão preventiva, até que o processo, até que saia o resultado, que saia o julgamento.

**Jorge Monteiro:** Sim.

**Manuel Bivar:** Que seja condenada por exemplo a internamento, estão em serviço prisional normal, casos até um ano e tal à espera disto.

**Jorge Monteiro:** Sim, mas aí é porque o juiz... Para já, para um internamento preventivo já tem que haver suspeita de uma anomalia psíquica, já tem que haver uma suspeita de doença mental. E o risco, é porque o juiz considera que há risco de repetição do acto, então aplica a prisão preventiva. E pronto, já dentro da prisão, e se for considerado inimputável, nós temos dois locais especializados para o tratamento dessas pessoas, portanto é a clínica de psiquiatria em Santa Cruz do Bispo, o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, e aqui em Caxias no Hospital Prisional de S. João de Deus, também temos uma unidade para inimputáveis. É assim, é um sítio, que – como é que eu hei-de dizer –, que é um sítio ideal para um ser humano viver? Não. Mas nenhum género de cativeiro é o *habitat* natural de qualquer ser vivo, ou de qualquer animal. E, portanto, tudo o que implica a privação de liberdade é sempre, é sempre contra a natureza da vida.

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** Casos de pessoas com problemas de saúde mental, metidas em prisões, onde podiam passar meses ou anos até que fossem transferidas para um estabelecimento psiquiátrico, apanhámo-los por todo o lado.

**Manuel Bivar:** “Por sua iniciativa e de forma deliberada passa o tempo a fazer algumas limpezas no santuário, varrendo as ruas empedradas que ali existem. Junta a folhagem em pequenos montes e transporta-a num balde

que comprou para o efeito. Decidiu pegar fogo a um monte destas folhas para eliminar aquilo e para as folhas não estarem sempre a voar.”

**Manuel Bivar:** Este é o caso de um homem que, aos 52 anos, por vontade própria, passava os dias a varrer as folhas num santuário no cimo de um monte. Levava um farnel, e ali, metido na mata, tomava as refeições. Até que um dia, pôs fogo a um amontoado de folhas e queimou dois metros quadrados.

**Manuel Bivar:** Ah, mas ele foi primeiro mandado para prisão preventiva, que isto é complicado. Depois, olha, foi condenado. “Permanência na habitação com vigilância eletrónica.” E depois... Mas ela manda que ele seja conduzido ao Estabelecimento Prisional, até se encontrarem reunidos todos os pressupostos para a permanência na habitação. Não tinha pressupostos, *tau*.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Meu Deus.

**Manuel Bivar:** No processo de tribunal consta um requerimento de um filho desesperado e que há anos pedia o internamento psiquiátrico do pai. Dizia ter medo que matasse alguém. E mostrava-se aliviado por este apenas ter pegado fogo a um monte de folhas secas. O que faz impressão ao ler o requerimento é perceber a teia burocrática a que esta pessoa esteve sujeita para tentar resolver o problema.

**Manuel Bivar:** Ministério Público. Protecção ao pai? O que é isto? “Peço consideração pela dignidade do meu pai e protecção.” Então, vou-te ler o requerimento do filho. Olha, olha o que ele diz: “O meu pai é alcoólico crónico há mais de 30 anos. Quase desde sempre. Já foi condenado por crime relacionado com o consumo de álcool – homicídio. Em 2015 começou a dar sinais de demência. Ponto. Dizia que ia morrer às quatro da tarde. E falava com o Dr. Ramos, entre parênteses personagem imaginária. Fui notificado para o levar a uma perícia. Ele recusou ir. Estava no seu direito geral de liberdade e nada pude fazer. Referi esse facto à Exma. Sra. Procuradora. Levei o meu pai para o Hospital Psiquiátrico. Esteve lá internado duas semanas. Regressou com a mesma sintomatologia, e andava sempre a falar sozinho com os mortos e esse tal Dr. Ramos. Em 2016 piorou e tive que o levar outra vez para o Hospital Psiquiátrico. Esteve lá duas semanas e deram-lhe alta, regressou na mesma. Pedi no Ministério Público local para que fosse promovido o internamento compulsivo. A senhora Procuradora disse para falar com a Delegada de Saúde. Falei com a Delegada de Saúde,



que disse que não podia fazer nada. Fui outra vez ao Ministério Público local e também não se pôde fazer nada. Em 2017, o estado ainda piorou mais e fui ao OPC [Órgão de Polícia Criminal] da PSP pedir um internamento de urgência porque o meu pai podia cometer um crime. O crime que receava era outro, ainda bem que foi só uma questão relacionada com as árvores.”

**Manuel Bivar:** E depois de tudo isto, quando há o acidente com o fogo, e mesmo sendo claro para o tribunal que este homem sofria de problemas de saúde mental, é mandado para uma prisão, enquanto aguarda a perícia psiquiátrica.

**Manuel Bivar:** “Actividade psicótica acentuada. Alucinações auditivas.” Olha isto, olha aqui. Então...

**Sofia da Palma Rodrigues:** Isso é o relatório clínico.

**Manuel Bivar:** “Actividade psicótica acentuada” – é da clínica forense, sim – “caracterizada por alucinações auditivas em tom de comando. Durante a entrevista, Nossa Senhora estava a comunicar com ele. Com delírios místicos megalómanos. Também parece haver um foco paranóide direccionado a pessoas que tentam contrariar o seu comportamento” [...]

**Manuel Bivar:** São muitas as pessoas com problemas psiquiátricos obrigadas a cumprir pena na prisão. E muitas as famílias que, durante anos, se batem para que o tribunal reconheça que isso não é aceitável. Mais uma vez, ouvimos o advogado João Carlos Lages. Não era apenas a nós que nada disto parecia normal.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Eu ainda tinha aqui outra questão, vou voltar outra vez à doença mental visível, porque temos muitos casos em que os arguidos têm uma doença mental visível e são presos preventivamente e, quando saem de lá, depois muitas vezes até são reencaminhados para hospitais psiquiátricos, mas quer dizer já estiveram nove, dez, onze meses numa prisão... Se é legítimo no fundo isto acontecer no caso de uma pessoa com uma doença mental visível e diagnosticada.

**João Carlos Lages:** Não. Não, claro que não. Isso até é quase que criminoso. Alguém que tem uma doença do foro mental incapacitante, que não consegue distinguir o bem e o mal, por exemplo. Ou um indivíduo que devia estar institucionalizado ou que devia ser acompanhado, mandar para uma prisão isto é uma coisa do outro mundo. Isto é mandar um inocente para...

**Sofia da Palma Rodrigues:** Mas temos dezenas de casos de inimputáveis que foram para a prisão.

**João Carlos Lages:** Mas já viu o que é, mandar para o inferno de Dante uma pessoa que não consegue distinguir o bem e o mal? Esta pessoa o que precisa é da lei de saúde mental a funcionar e, quando muito, ser-lhe aplicadas as medidas de segurança, mas que não têm na sua génese o castigo. *Nula pena sine culpa*. Não pode haver uma pena sem culpa. É ou não é? E depois uma pessoa que não tenha culpa vai para uma prisão normal, para um estabelecimento prisional normal? Mas vai fazer o quê? Para ser violada, para ser, quer dizer isso é ser trucidada. É medieval. É pena, porque eu acreditava no sistema, se o sistema efectivamente funcionasse. Mas eu não vejo, eu vejo até às vezes o contrário, parece que as pessoas se demitiram, os técnicos de reinserção parece que se demitiram. Não sei explicar.

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** A excepção que encontrámos foi um projecto piloto que juntou o Instituto Jurídico da Faculdade de Coimbra, a Equipa Comunitária de Saúde Mental e os Serviços de Reinserção Social de Dão-Lafões.

**Hugo Afonso:** Pronto, nós estávamos aqui já a fazer intervenção, e depois entretanto surgiu esta possibilidade de colaborarmos neste projecto. A ideia era no fundo aproximar aqui a articulação entre as duas equipas, quer a da DGRSP quer a nossa, não é. Seguimos mais doentes, mas seleccionaram cerca de cinco utentes que tiveram acompanhamento.

**Manuel Bivar:** Três desses cinco com crime de incêndio florestal.

**Hugo Afonso:** Três desses cinco tinham crimes de incêndio, sim.

**Manuel Bivar:** Ok.

**Manuel Bivar:** O objectivo do projecto foi assegurar que condenados ou arguidos pudessem receber em casa, onde estavam com pulseira electrónica, cuidados de saúde mental. Ouvimos o psiquiatra Hugo Afonso, uma das pessoas que participou neste projecto, e que parecia animado com os resultados – apesar de se tratar de uma experiência piloto que incluiu apenas três pessoas, acusadas de crime de incêndio florestal. Foi o primeiro psiquiatra com quem falámos, e estávamos curiosos de o ouvir sobre os incendiários que tinham sido seus doentes.

**Hugo Afonso:** Aqui há muito a questão do álcool associada e é um problema também destas zonas que muitas vezes os consumos de álcool são marcados, são excessivos, leva também a desestruturação familiar e a outras consequências. E acaba por depois ter um problema que é, do ponto de vista social, é mais normalizado, não é?

**Manuel Bivar:** Para além dos graves problemas com consumo de álcool por toda a região de Viseu, Hugo Afonso falou-nos também de dificuldades de controlo do impulso.

**Hugo Afonso:** A impulsividade naturalmente que acaba por ser algo que pode predispor a pessoa a passar ao acto e a fazer algo de uma forma mais irreflectida. Se a pessoa tem um défice intelectual também pode haver aqui algum compromisso da capacidade de avaliar e de julgar as consequências e o que no fundo vai fazer, não é?

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** Um dia depois de falarmos com Hugo Afonso, fomos ao Hospital de Sobral Cid, em Coimbra, o local onde funciona o Serviço de Psiquiatria Forense, e onde estão os psiquiatras que provavelmente mais falaram com incendiários neste país.

**Horácio Firmino:** Teremos aqui uma enfermaria de mulheres, duas de homens, e este é um sector comum onde tem refeitório e tem salas de...

**Manuel Bivar:** Isto ia estar fechado, mas...

**Horácio Firmino:** Está a ver está aqui fechado, tem aqui a estrutura.

**Manuel Bivar:** Não é uma cerca de arame farpado?

**Horácio Firmino:** De arame farpado não é, mas é uma cerca que nos exigem que nós, a contragosto, vamos adoptar. Se a gente reparar [...]

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** Assim que entrámos na sala onde se ia dar a entrevista, o médico Horácio Firmino, Director do Serviço de Psiquiatria, explicou-nos as obras previstas para o pavilhão onde são internadas as pessoas inimputáveis. A obra era paga com fundos europeus, e tudo estava a ser decidido a partir de Lisboa, inclusive uma não

desejada cerca que ia passar a encerrar o pavilhão, até agora aberto para a rua. Ao Sobral Cid, todos os anos, vão parar pessoas acusadas de pôr fogo. Algumas ficam ali internadas durante os meses de Verão, porque o juiz assim decidiu. Para que durante a época em que tudo pode arder, não haja tentações. E muitas ali passam largos períodos em tratamento, anos mesmo, porque o tribunal as mandou internar.

**Manuel Bivar:** No caso dos doentes acusados de crime de fogo florestal, não sei se nas histórias clínicas, se há uma pergunta ou se têm essa noção, porque é que as pessoas põem fogo? Se as pessoas elaboram sobre isso, ou se essa pergunta pode ser feita assim e se a pessoa tem uma resposta porque é que a pessoa foi pôr fogo?

**Luís Marques:** Às vezes eles não sabem explicar bem porquê, não é? Não há uma explicação racional ou lógica ou, digamos...

**Manuel Bivar:** Mas mesmo que ilógica. Se a pessoa diz qualquer coisa, se há respostas... [...]

**Manuel Bivar:** Estávamos curiosos em ouvir a resposta do psiquiatra Luís Marques, o responsável pela ala de psiquiatria forense do Sobral Cid. Queríamos saber o que lhe tinham dito os seus doentes incendiários sobre pôr fogo, mas percebemos que essa não era uma questão a que desse grande importância. E por várias vezes insistiu que, aquilo de que devíamos falar, era sobre a ausência quase completa de apoio psiquiátrico para quem dele precisa.

**Luís Marques:** Sim, mas às vezes muito pouco consistentes, muito pouco consistentes. Eu preferia, como já aliás partilhei, era nós reflectirmos por que razão é que estas pessoas às vezes estão tão desacompanhadas e tão desvalidas na comunidade ao ponto de, no fundo, tão desocupadas que às vezes até têm tempo para andarem a pensar nestas coisas. Faltam-nos de facto recursos na comunidade para acompanhar estas pessoas que precisavam, não é? Não apenas aquelas que estão internadas que precisavam de ser reintegradas, mas aquelas muitas que estão na comunidade com problemas, e que não têm o devido acompanhamento nem o devido apoio. [...]

**Manuel Bivar:** Luís Marques pediu-nos antes que falássemos da absoluta falta de meios e do facto de o serviço em que trabalha funcionar com muito menos

psiquiatras do que deveria. Para ele, essa era a questão fundamental. Mas a nossa curiosidade sobre o porquê de tanta gente pôr fogo, mantinha-se.

**Manuel Bivar:** Mas essa questão, pronto, da falta de meios, falta de acompanhamento, falta de prevenção, tudo isso, mas ainda assim, porquê o fogo como meio, não é? Como meio de fazer...

**Luís Marques:** A pergunta que fez é interessante e deve-se colocar, a um nível – estamos a falar dos nossos doentes, este subgrupo de inimputáveis que...

**Manuel Bivar:** Que vêm cá parar.

**Luís Marques:** Sim, que cumprem aqui medidas de intermitência por crime de incêndio florestal. Esses doentes estão dentro, é um pequeno subgrupo dentro do grande número de doentes que têm alterações do controlo do impulso. Compreende? Ou seja, é um pequeno número. Todas aquelas pessoas que andam por aí na comunidade têm perturbações do controlo do impulso, e que se manifestam de muitas outras formas, até às vezes talvez não tão graves nem tão...

**Manuel Bivar:** Espectaculares.

**Luís Marques:** Espectaculares. Mas esse espectro das alterações de controlo do impulso é uma coisa relativamente frequente. A minha tese, ou a minha hipótese se quiser é de que nós, no nosso país, temos mais vezes esses casos, porque a maior parte das vezes esta população está desocupada, e muitas destas pessoas estão de facto num contexto rural, ou seja, em zonas onde há poucas coisas interessantes para fazer, como aquilo que existe à volta deles é a floresta. E depois, de facto, também há uma coisa que nós falámos, que eu acho que é importante, que é as notícias, o impacto das notícias, a imitação das notícias também pode ter importância e às vezes a forma como se dá a notícia pode às vezes facilitar que o impulso, no fundo, seja activado, seja executado, isso pode acontecer também.

**Manuel Bivar:** Não parece ser coincidência, a maior parte dos casos que apresentamos neste episódio serem de 2017. Justamente o ano em que, no fim da Primavera, ocorreu o incêndio de Pedrógão Grande. Durante dias, as televisões projectaram a catástrofe em directo, e isso parece ter desencadeado uma vaga de incendiarismo. Dois mil e dezassete foi, de longe, o ano da última década com mais casos de fogo posto. E já agora, é justo dizer que apesar da falta de condições, de meios, de gente, e da sobrelotação da psiquiatria forense no Hospital de Sobral Cid,

lemos relatos de gente que disse ter posto fogo porque queria ser internada naquele hospital.

[som ambiente no interior de um carro e banda sonora]

**Manuel Bivar:** Isto a gente já está no Douro. Olha esta cheia de flores.

[som de rádio a sintonizar]

**Manuel Bivar:** Olha, olha, olha, olha...

**Sofia da Palma Rodrigues:** Isto é José Cid...

**Manuel Bivar:** A sério?

**Sofia da Palma Rodrigues:** Isto são umas encostas...

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** Nos últimos dias de reportagem andámos pelo Douro, e era difícil não ficar deslumbrado, naquele início de Primavera, com os socalcos, as cerejeiras e as macieiras em flor. Mas foi também difícil não ficarmos impressionados com o contraste entre a paisagem, e as histórias que ouvimos dentro das casas. Talvez tenha sido por ali que escutámos os relatos mais dramáticos. Numa ravina de casas, quase todas abandonadas, e a onde se acedia subindo uma estreita viela de pedra, encontrámos uma mulher que nos contou a história do irmão, internado em Sobral Cid, por ter posto fogo a um terreno baldio próximo de uma escola e de um centro de saúde. E este relato, que ouvimos no último dia em que andámos pelo Norte do país, parecia um resumo de tudo o que tínhamos escutado durante aquelas semanas.

**CC:** Mas ele não está. Está em Coimbra.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Ele está em Coimbra. Mas está...

**CC:** Sim. Ele está no Hospital Sobral Cid.

**Manuel Bivar:** Ah, está internado?

**CC:** Sim, sim. Ele está lá.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Está há muito tempo?

**CC:** Mãe. Sim, sim. Já há seis anos. Este miúdo vai fazer seis anos agora dia 22, é o tempo que ele lá está. Ele era pequenino. Bebê.

**Sofia da Palma Rodrigues:** E porquê Sobral Cid, porque é que ele foi internado?

**CC:** É assim, ele foi para lá porque ele estava em Viseu, e o meu irmão como não é uma pessoa relativamente normal... Ele era uma pessoa normal até aos seus sete, oito anos, depois infelizmente um acidente tirou-lhe metade da memória, que foi até o meu pai. Estávamos aqui em casa e quando o meu pai vem a gritar tinha-se desencavado a marreta e levou com ela na cabeça, e aí ele nunca mais ficou... Ficou uma pessoa desincapacitada, como eles dizem, uma pessoa analfabeta, o meu irmão com oito anos sabia ler e escrever, o meu irmão era diferente de nós com mais capacidades que nós e depois foi tudo por água abaixo. Desde aí, toda a gente dizia e ele fazia. Pronto, era como se fosse um tolinho da ponte que andasse ali, as pessoas diziam e ele fazia, pronto. E toda a gente se aproveitava da boa vontade dele.

**Sofia da Palma Rodrigues:** E ele agora vai ficar em Sobral Cid até quando?

**CC:** É assim, não sabemos. Nós estamos a prever que ele saia agora no final do ano. Mas ainda não sabemos porque ele apanhou de seis a 13 anos.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Porque foram muitos hectares que arderam, não foi?

**CC:** Não, não, aquilo foi basicamente, olhe, este campo aqui por baixo, basicamente isto. Que aquilo era uma rotunda e tinha ali um mato, perto da escola, pronto. Foi basicamente isso que ardeu. E depois toda a gente o queria amarrar lá supostamente, se pudessem tinham feito isso.

**Manuel Bivar:** Amarrá-lo para lhe bater ou qualquer coisa? Para esperar a polícia.

**CC:** Não, para ir pôr a arder.

**Manuel Bivar:** Para ir pôr a arder?

**CC:** Sim.

**Sofia da Palma Rodrigues:** As pessoas daqui?

**CC:** As pessoas mesmo aqui, a comunidade, aqui mesmo o povo, queria-lhe fazer isso. Só que não conseguiram porque eu ainda estou aqui. Enquanto eu tiver ar e respire ninguém lhe vai fazer isso. Não debaixo dos meus olhos. Os acidentes acontecem aqui na mesma e já não é o meu irmão. Se houvesse aqui um pneu furado no povo, era o meu irmão. Agora acontecem as coisas na mesma e não é o meu irmão. O meu irmão não está aqui. Quem é que eles vão acusar agora?



**Manuel Bivar:** Ele em Sobral Cid, ele quer sair de lá?

**CC:** Não, ele quer ficar.

**Manuel Bivar:** Ele quer ficar...

**CC:** Ele não quer vir embora. Ele não quer vir embora. Tanto que ele veio cá, ele teve cá oito dias e ele estava sempre morto por ir embora porque as pessoas... Ele era assim: “As pessoas não olham para mim como eu se fosse uma pessoa normal, as pessoas estão sempre a olhar para mim de lado, eu não fiz nada, eles ainda não conseguem perceber isso!”

**Manuel Bivar:** E ele foi directamente para Sobral Cid ou prenderam-no primeiro noutros sítios?

**CC:** Não, não. Ele foi para Viseu. Ele foi para Viseu, primeiro.

**Manuel Bivar:** Ficou preso?

**CC:** Sim. Ele esteve em Viseu dois anos.

**Manuel Bivar:** Na prisão normal?

**CC:** Sim, sim. Depois é que o nosso advogado pediu uma coisa relativamente adaptada a ele. E foi onde o mandámos para o Sobral Cid, que é o melhor lugar para ele.

**Manuel Bivar:** E em Viseu na prisão como é que foi?

**CC:** Em Viseu foi complicado, porque o meu irmão não podia ver ninguém ser agressivo que ele ia e metia-se. Acudia por toda a gente. E depois estava muita gente. Ele não se dava porque sentia-se sufocado com muita gente. Começava a chorar, a gritar, tinham que o tirar, tinham que o pôr sozinho no isolamento. E depois pedimos para o tirar de lá. Nós desde o primeiro momento em que ele foi preso, nós pedimos isso mas não nos aceitaram logo, ainda o levaram a fazer vários exames antes disso, e só depois é que foi. O meu irmão estava com a minha mãe no campo quando a GNR o levou. Ou seja, eles nem uma explicação deram à minha mãe. Eles andavam aí atrás do meu irmão feitos doidos, e eu disse: “Não, vocês não vão levar o meu irmão na minha presença preso sem um mandato de captura. Vocês não têm um mandato de captura, não levam o meu irmão.” E foi a coisa que eles fizeram! Eles tinham que ter um mandato de captura do tribunal, eles não fizeram isso, eles fizeram tudo ilegal. E levaram porque a minha mãe pronto, infelizmente não sabe ler, não sabe o que é que eles disseram, não sabe nada, que ela até hoje está atarantada com isso.

Depois ainda souberam gozar com a minha cara, depois de terem levado o meu irmão, ainda tiveram a coragem de me ligar e dizer que o meu irmão estava no Instituto de Medicina Legal, em Coimbra. Para quê isso? Para que é

que o levaram para tão longe, para que é que o puseram nu, para que é que lhe bateram? Para quê? Isso não se faz! Bateram-lhe mesmo, foi mesmo bater, ele ficou marcado. Quando nós fomos ver o meu irmão a primeira vez, que nós exigimos que o advogado fosse connosco, ele estava todo marcado, o meu irmão. E o meu irmão a chorar a dizer a mim e ao advogado que lhe bateram, mas que lhe bateram muito! A própria Judiciária bater-lhe! Para quê? Para ele confessar mais coisas que não foram ele? A saber que ele era uma pessoa demente, mesmo, que é mesmo assim, uma pessoa demente, que é uma pessoa diferente, com cuidados. Se eles fossem pesquisar as coisas, se eles fossem ver o processo do meu irmão todo, eles viam que o meu irmão não é uma pessoa normal. O tribunal não aceitava de maneira nenhuma que ele que era uma pessoa diferente. Foram três vezes que tivemos que exigir novos exames, porque eles não queriam aceitar. E foi quando eles levaram o meu irmão para o Sobral Cid.

Olhe, foi uma porcaria. Porque a juíza que estava com o meu irmão, por ela dava-lhe 20 anos de cadeia, foi as primeiras palavras dela, o advogado é que não aceitou de maneira nenhuma e disse: “Não. Não, porque isto não é uma pessoa normal, isto é uma pessoa demente que está aqui à sua frente, Sra. Dr.<sup>a</sup> Juíza”, e ela não queria aceitar. A juíza não queria aceitar por nada.

Ela disse que se o meu irmão se lembrava quantas pessoas morreram no acidente de Pedrógão Grande e o meu irmão dizia que não sabia o que é que era isso. O meu irmão, o que é que ele ia saber? Ele não estava atento a uma televisão, ele não estava nada, ele não parava em casa, o que é que ele ia saber, aquele desgraçado? Sobre esse acidente? Ele disse que não sabia nada, que não viu. E ela a dizer-lhe: “Ah, você sabe quantas pessoas morreram, os estragos que isso deu”, não sei quê não sei que mais, e o meu irmão coitado: “Não sei, não sei, não vi”. Ela estava a falar para uma pessoa demente, só que ela nem isso viu. Ela foi muito fria mesmo com o meu irmão. Mas muito fria mesmo. Que eu cheguei cá fora, eu cheguei cá fora, ela veio cá para fora, eu disse-lhe: “Olhe, você não é uma juíza, você é um ser humano que não tem coração, você é uma pedra, as pedras devem ter mais sentimentos que você”. E ela ficou a olhar para mim, com cara de burro, que é mesmo assim.

**Sofia da Palma Rodrigues:** Olhe, obrigada por ter falado connosco e espero que a situação se...

**CC:** Sim, há-de se resolver, o advogado está a tentar trazê-lo embora agora no final do ano, porque já faz seis anos e nós queremos...

# País de Incendiários

Um podcast de investigação  
da revista Divergente

**Manuel Bivar:** E ele se sair vem para aqui?

**CC:** Sim, sim, vem para aqui, está aqui algum tempo e vai para o pé do pai.

**Manuel Bivar:** Para França?

**CC:** Sim. Ele saindo, vamos todos, não fica cá ninguém. Só estamos à espera dele.

[banda sonora]

**Manuel Bivar:** Pedimos esclarecimentos à PJ e à GNR sobre a recriação dos crimes e o uso de imagens sem o consentimento dos arguidos, mas nenhuma das instituições respondeu a tempo da publicação deste episódio.

No próximo episódio de **“País de Incendiários”** vamos focar-nos num fenómeno que há um ano, quando começámos esta investigação, não nos passava pela cabeça poder existir: pessoas que, por este país afora, dizem ser “vítimas de Pedrógão”, sem nunca lá terem estado.

**Mãe de Dália:** É melhor não falarem nisso...

**Sofia da Palma Rodrigues:** Não?

**Mãe de Dália:** Ela deitou o fogo porque andava doente e não sabia o que estava a fazer e pagou bem caro. Ela... Disse-me um médico em Coimbra, que ela que estava a pagar por aqueles que morreram no Pedrógão.

**Manuel Bivar:** No Pedrógão?

**Sofia da Palma Rodrigues:** Pois...

**Mãe de Dália:** Nem ela sabe onde é o Pedrógão, nem eu, e nem teve culpa nenhuma de eles morrerem. E foi condenada de três a oito anos de prisão.

[jingle]

**Manuel Bivar:** **“País de Incendiários”** é um podcast de investigação produzido pela revista DIVERGENTE. Se quiser saber mais detalhes sobre este trabalho pode consultar o site em [divergente.pt/paisdeincendiarios](https://divergente.pt/paisdeincendiarios).

A pesquisa, as entrevistas e o guião são de Manuel Bivar e Sofia da Palma Rodrigues, a edição de Diogo Cardoso, Luciana Maruta e Pedro Miguel Santos, a montagem de Inês Sambas, a banda sonora de Henrique Silva e Zé Cruz, a edição e mistura de som de Luís Pinto, as ilustrações de Nogueira Lopes, o design de José Mendes, os gráficos interactivos de Beatriz Malveiro e Rita Costa, a animação

# Pais de Incendiários

Um podcast de investigação  
da revista Divergente

gráfica de Pedro Lopes, o desenvolvimento web de Manuel Almeida, a revisão de texto de Teresa Montenegro, a consultoria de imagem de Ricardo Venâncio Lopes, a produção de Ana Pereira e a comunicação de Beatriz Walviesse Dias. A gravação de voz foi feita no estúdio do Fumaça, um podcast de jornalismo de investigação.

Até breve.

[fim do *jingle*]